

PRÁCTICAS DE EDUCACIÓN AMBIENTAL EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ENVIRONMENTAL EDUCATION PRACTICES IN THE TRAINING OF PHYSICAL EDUCATION TEACHERS

José de Caldas Simões Neto¹
Ariza Maria Rocha²

- 1 Mestre em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato – Ceará -Brasil. Membro do Núcleo de Pesquisa, Estudo e Extensão em Educação Física – NUPEF da Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato – Ceará - Brasil. Em-mail: ncaldas_22@hotmail.com
- 2 Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – Fortaleza – Ceará – Brasil. Docente da Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato – Ceará - Brasil. Líder do Núcleo de Pesquisa, Estudo e Extensão em Educação Física – NUPEF da Universidade Regional do Cariri – URCA – Crato – Ceará - Brasil. E-mail: ariza.rocha@urca.br

Simões Neto, J. C. & Rocha, A. M. (2018). Prácticas de Educación Ambiental en la Formación de Profesores de Educación Física. *Educación Física y Deporte*, 37(2), 121-154. Jul.-Dic. <http://doi.org/10.17533/udea.efyd.v37n2a02>

10.17533/udea.efyd.v37n2a02

URL DOI: <http://doi.org/10.17533/udea.efyd.v37n2a02>

Artículo de investigación

RESUMEN

En el estudio se buscó identificar las prácticas de educación ambiental en la formación y actuación de los profesores de educación física, desde la revisión de literatura y la evaluación del currículo de formación para su actuación con la educación ambiental en la región del Cariri Cearense. Se destacan los desafíos en la formación académica inicial y las posibilidades de enseñanza en actividades ligadas a las prácticas corporales, como un eslabón en la promoción y construcción de nuevos valores pro-ambientales, capaces de generar nuevas sensibilidades para la relación entre el ser humano y el medio ambiente. Se hace necesaria la reafirmación y divulgación de los principios, objetivos y valores socioambientales, y una amplia sensibilización de todas las personas respecto a lo que debemos enfrentar, desde la formación inicial de los profesores, a una ampliación de los debates más allá de la escuela, en la búsqueda de romper con la pragmática de la aptitud física y deportiva de las aulas de educación física escolar.

PALABRAS CLAVE: Educación Ambiental, Educación Física, Enseñanza.

RESUMO

O estudo busca perceber as práticas de educação ambiental na formação e atuação dos professores de educação física partir de uma revisão de literatura e avaliar o currículo de formação dos professores de educação física na região do cariri cearense para sua atuação com a educação ambiental. Destacando os desafios na formação acadêmica inicial e as possibilidades do ensino em atividades ligadas as práticas corporais como um elo na promoção de uma construção de novos valores pró-ambientais, capazes de gerar novas sensibilidades para a relação entre homem e meio ambiente. Sendo preciso mais reafirmação e propagação dos princípios, objetivos e valores e muita sensibilização de todos para as questões socioambientais que enfrentamos, desde a formação inicial dos professores a uma ampliação desses debates para além da escola, na busca de romper a pragmática da aptidão física e esportiva das aulas de educação física escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Educação Física. Ensino.

ABSTRACT

This study seeks to understand the practices of environmental education in the training and performance of physical education teachers from a literature review and evaluate the training curriculum of physical education teachers in the Cariri region of Ceará for their work with environmental education. Highlighting the challenges in the initial academic formation and the possibilities of teaching in activities linked to corporal practices as a

link in the promotion of a construction of new pro-environmental values, capable of generating new sensibilities for the relationship between man and the environment. There is a need for more reaffirmation and propagation of the principles, objectives and values and a lot of awareness of the socio-environmental issues we face, from the initial formation of teachers to an expansion of these debates beyond school, in the quest to break the pragmatics of physical and of physical education classes.

KEYWORDS: Environmental Education. Physical Education. Teaching.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental atualmente tem sido foco de estudos e procura por distintos setores da sociedade como uma atividade sedutora, pois percebeu-se a sua abertura para diferentes práticas, em especialmente no esporte e lazer em contato com a natureza, na busca de fugir da rotina dos grandes centros urbanos (Garcia, Kowalski & Alves, 2009). Desde a publicação da Constituição Federal do Brasil em 1988 a Educação Ambiental é mencionada como um componente basilar para a qualidade de vida ambiental, atribuindo no Art. 225, §1º, inciso VI ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Senado Federal, 1988). Erguendo-se assim o direito constitucional de todos os cidadãos a terem acesso à Educação Ambiental no Brasil.

Nas últimas duas décadas vem sendo discutido uma nova realidade ou uma necessidade expressiva sobre o currículo das universidades em relação à Educação Ambiental (Guerra, 2013; Pavesi, Farias & Oliveira, 2006). Relatos e estudos descrever que a prática e os fundamentos da Educação Ambiental no país ainda são tergiversas em relação aos fundamentos, formação e atuação nas complexas questões ambientais e reflexões que a ela incita. Consequentemente, suprimir sua capacidade de transformação vigente em seus princípios políticos pedagógicos, arquetetado sobre a crítica à sociedade moderna, e a sua conexão com a natureza (Carvalho, 2004; Lima, 2011; Torales, 2013).

O professor é o agente executor da Educação Ambiental, o qual se faz a partir dos conhecimentos, representações e intencionalidades de sua formação, de pesquisa, até à atuação profissional que se refere à Educação Ambiental (Torales, 2013). Esses profissionais que passam a ter como seu campo de atuação a educação básica, o qual recebe as mais diversas demandas sociais como as questões relativas a gênero, raça, religiosidade,

estética, saúde, classe social entre outras, também recebe as várias exigências frente à Educação Ambiental seja ela a nível mundial, nacional, regional ou local.

Nessas perspectivas os pesquisadores partiram da seguinte questão geradora: Quais as incidências de práticas de Educação Ambiental realizadas por professores de Educação Física? Na busca por mais informações e saberes sobre essa relação, buscamos através de uma revisão sistemática integrativa conhecer as possibilidades e desafios dessa integração entre a Educação Física e a Educação Ambiental no âmbito de formação e prática de professores de Educação Física.

Reconhecemos que é crescente a participação do campo profissional da Educação Física em diversos espaços e isto significa, para nós, que este é um tema relevante para o desenvolvimento de pesquisas e estudos no campo da formação de professores, que para Kunz *et al.* (1997), Taffarel & Lacks (2007) e Rezer (2007), autores que trazem a fragmentação do conhecimento durante o processo de formação dos professores de Educação Física, acabam refletindo a dicotomia entre a mente e corpo, trabalho manual e intelectual, a teoria e a prática, acabam por também fragmentar o pensar reflexivo sobre o humano e o meio ambiente onde estar inseridos, bem como para as suas relações socioambientais.

Na busca de quebrar a fragmentação da formação dos professores, Domingues, Kunz & de Araújo (2011) quais trabalham sobre a formação de professores em Educação Física, destacam para aproximação dos futuros professores com a realidade em seu cotidiano acadêmico, vivenciando as problemáticas, articulando as soluções por meio de outras áreas do conhecimento. Pois no âmbito dos problemas ligados a Educação Ambiental é preponderante ter conhecimentos do local e planetário e conhecer e saber lidar com a interdisciplinaridade, já que a Educação Ambiental não é uma ciência única de uma determinada área de estudo. Os autores ainda destacam que o contato inter-

disciplinar na universidade durante a formação dos professores, pode ser estabelecido não apenas nas disciplinas de cunho obrigatórias, também, nos trabalhos de docência da Educação Física na extensão universitária, pois são nessas ações e momentos de extensão que é possível compreender e vivenciar os conteúdos em seu mais amplo e completo espaço na realidade, articulando-se com diversos saberes e áreas do conhecimento.

A formulação da Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil em 1999, a qual propõe-se assegurar em âmbito educativo a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade as quais são: ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política, visando um desenvolvimento sustentável no país. Essa política vem para evidências que a educação deva ter como objetivo em sua prática a formação de uma sociedade baseada na qualidade de vida para todas as comunidades brasileiras, a qual deve-se dá pela participação social de todos na proteção e conservação ambiental, na manutenção imediata e a longo prazo dos espaços e conseqüentemente das condições de vida onde estamos inseridos (Senado Federal, 1999).

Essa perplexidade é orientada pelas diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental, através de seus princípios e objetivos, ampliando o olhar para o trato entre ambiente, cultura e sociedade nas esferas críticas, políticas, interdisciplinar, contínua e permanente a serem desenvolvidas em todos os níveis e modalidades da educação formal. A Educação Física auxiliada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Secretaria de Educação Fundamental, 1998) com a inserção do tema transversal de Meio Ambiente nas escolas tem como papel social, discutir os novos dilemas contemporâneas, refletir, sensibilizar e agir sobre esses, para assim, alterar a realidade, possibilitando a formação de cidadãos críticos, ativos, autônomos e participativos na sociedade. Assim, a sensibilização é uma das principais estratégias para mudança para um comportamento positivo e de atitude

do ser humano perante a natureza. Ações individual e coletivas devem ser articuladas para essa mudança de comportamento positivo referente a forma de ação e de como o humano ver e age no meio ambiente.

Pensando na área da Educação Física em específico nessa ligação entre humano e meio, podemos perceber que os jogos, esportes, praticas corporais alternativas e atividades de aventuras e radicais em contextos de lazer podem contribuir para um ideário ambiental harmônico, porém, tal contribuição parece ser ainda muito rudimentar, nessas perspectivas o presente estudo tem a intenção de ressignificar as práticas e Educação Ambiental na formação e atuação dos professores de Educação Física partir de uma revisão de literatura e avaliar a formação dos professores de Educação Física da região do Cariri Cearense para atuação com a Educação Ambiental.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo descritivo através de método a revisão integrativa da literatura. Faz-se necessário destacar que podemos apresentar, possíveis incoerências e/ou antagonismos nas obras aqui descritas, assim, para tanto é importante ter ciência da veracidade dos dados obtidos através das referências descritas nos seus bancos de dados de origem.

Com esse método é possível termos um aprofundamento e entendimentos de um fenômeno baseando-se nas produções anteriores, para conseguirmos atingir o objetivo central da pesquisa e aproximar os saberes na tentativa de resolução da pergunta geradora do estudo. Pois com a síntese dos conhecimentos nas produções encontradas e incluídas na revisão, permitem a redução das incertezas sobre um fenômeno ou prática, possibilita a inferências e generalizações mais eficazes sobre o fenômeno a partir das informações dos resultados disponíveis,

facilitando na tomada de decisões com relação as futuras intervenções, gerando resultados mais cuidados e precisos, para uma efetiva solução e descrição de maiores benefícios (Stetler et al., 1998).

Para realização de um estudo como esse método são necessários alguns procedimentos metodológicos descritos por Mendes, Silveira & Galvão (2008) que descrevem os passos para elaboração deste tipo de estudo em etapas que são: a) estabelecimento da hipótese ou questão da pesquisa; b) busca na literatura; c) categorização dos estudos; d) avaliação dos estudos incluídos na revisão; e) interpretação dos resultados e f) síntese do conhecimento.

Seguindo-se estas etapas descritas acima para iniciar o desenvolvimento da revisão, é primordial que o pesquisador estabeleça do tema de estudo, como primeiro passo a seguir para o início das buscas dos trabalhos na revisão, sendo tema uma área que norteie o pesquisado para os procedimentos do trabalho, nessa etapa consiste também o passo de definição dos objetivos a serem almejados e a seleção adequada dos descritores que identifiquem com clareza do tema em estudo (Mendes, Silveira & Galvão, 2008). Nessa esta etapa o objetivo definido pelos pesquisados partiram da seguinte questão geradora: Quais as incidências de práticas de Educação Ambiental realizadas por professores de Educação Física?

A partir da busca realizada foram encontrados 62 publicações, sendo 27 na base de dados da *Scielo* e 35 na base do *Lilacs*, que após a leitura dos títulos obteve-se um total de 45 publicações, no refinamento feito de acordo com os critérios de inclusão produções originais, ligadas a disciplina de Educação Física, textos disponível na íntegra em língua portuguesa ou inglesa e exclusão artigos duplicados e produções que não abordem a Educação Ambiental relacionada à atuação e/ou formação de professores de Educação Física, com a leitura na íntegra foram selecionados 8 artigos conforme a Tabela 1.

Tabela 1. Processo de seleção e números dos trabalhos recuperados na revisão.

Trabalhos recuperados	Scielo	Lilacs	Geral
	27	35	62
Excluídos após leitura dos títulos	19	26	45
Leitura dos resumos	8	9	17
Excluídos após leitura dos resumos	4	0	4
Artigos selecionados para leitura na íntegra	4	9	13
Excluídos por duplicação			5
Artigos selecionados para análise			8

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Quanto a etapa do procedimento de coleta de dados referentes as disciplinas dos cursos de formação de professores, foi do tipo documental, por trabalharmos com as matrizes curriculares e legislações, bem como de interpretações das informações à luz da Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Licenciatura em Educação Física e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

O local de pesquisa abrangeu os municípios polos da Região Metropolitana do Cariri, compreendida por Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha (CRAJUBAR), destes contamos com 3 Cursos de Licenciatura em Educação Física, sendo 1 em Crato e 2 em Juazeiro do e Norte.

Esta pesquisa buscou analisar a matriz de formação dos professores nos cursos de licenciatura em Educação Física para o tocante a formação para a atuação com a Educação Ambiental, caracterizando as disciplinas, uma vez que estes determinaram o olhar dos futuros docentes sobre os sentidos da Educação Ambiental. Foi realizado uma análise descritiva documental das matrizes dos cursos para identificação de disciplinas que abordem a temática da Educação Ambiental, Meio Ambiente e/ou Atividades ligadas aos espaços urbanos e naturais.

Os procedimentos de coleta e análise dos dados ocorreu no primeiro semestre do 2018 e seguiram as seguintes etapas: a) Seleção do curso de Licenciatura em Educação Física, mediante busca no site do Ministério da Educação por instituições cadastradas no e-MEC, que a oferecessem o curso presencial, sendo selecionadas as instituições localizadas na região do Cariri Cearense; b) Coleta das Matrizes Curriculares, obtida no site das instituições, ambas coletadas no mês de março de 2018; e c) Análise das matrizes por meio de tabulação e categorização dos componentes curriculares por campos de formação previstos nas diretrizes para os cursos de Educação Física e diretrizes curriculares nacionais para a Educação Ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere ao ano de publicação, o presente estudo abrangeu publicações com um artigo no ano de 2010 e 2012, dois em 2011, 2013 e 2015, com destaque para a Revista *Mo-triz* com três publicações e para o Autor Cae Rodrigues com três contribuições na temática em estudo. Sendo todas as contribuições disponível em revistas brasileiras e na língua portuguesa. Para as características metodológicas não apresenta variações de estudo, sendo adotados sempre o caráter qualitativo para análise dos dados.

Quadro 1. Descrição dos dados dos trabalhos analisados na revisão sistemática.

Artigo	Autor(es)	Título	Revista/Ano Publicação	Método	Objetivo
1	Renata Osborne e Washington Adolfo Batista	Educação Física na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável	Revista Motriz/2010	Descritiva com abordagem qualitativa.	Investigar como profissionais, que educam através de atividades físicas, pensam colaborar para o desenvolvimento sustentável
2	Maristela da Silva Souza e Giane Schmaedeck Lara	Prática Pedagógica em Educação Física e Educação Ambiental	Revista Pensar a Prática/2011	Revisão Bibliográfica	Compreender a relação sujeito e natureza, identificando que a Educação Física apresenta um forte compromisso com esta discussão, uma vez que a constituição da cultura corporal acompanha a história da humanidade
3	Soraya Corrêa Domingues, Elenor Kunz e Lígia Costa Gonçalves de Araújo	Educação Ambiental e Educação Física: possibilidades para a formação de professores	Revista Brasileira de Ciências do Esporte/2011	Análise teórica de documentos	Analisar algumas características de modo que nos permita entender a realidade da formação de professores, destacando seus limites e possibilidades para desenvolver o trabalho pedagógico a partir dos princípios da Educação Ambiental
4	Caê Rodrigues	A ambientalização dos currículos de Educação Física no ensino superior	Revista Motriz/2012	Revisão Bibliográfica	Analisar como a inserção da dimensão ambiental está sendo estruturada na Educação Física no ensino superior brasileiro

Quadro 1. (Continuação).

Artigo	Autor(es)	Título	Revista/Ano Publicação	Método	Objetivo
5	Juliana de Paula Figueiredo e Gisele Maria Schwartz	Atividades de aventura e Educação Ambiental como foco nos periódicos da área de Educação Física	Revista Motriz/2013	Revisão Bibliográfica e Sistemática	Analisar os artigos que tratam sobre as diferentes abordagens e estratégias metodológicas relacionando as temáticas atividades de aventura e Educação Ambiental, em periódicos da área de Educação Física
6	André da Silva Mello	Lazer e Educação Ambiental: relato de experiência na formação inicial em Educação Física	Licere. Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/2013	Descritivo-Interpretativo	Analisa experiências de lazer na natureza, vivenciadas no contexto da disciplina Fundamentos do Lazer, do curso de graduação em Educação Física da UFES
7	Cae Rodrigues	A Ambientalização Curricular de Programas de Educação Física em Universidades Federais do Brasil	Revista Brasileira de Educação Física e Esporte/2015	Análise Textual Discursiva	Analisar evidências de ambientalização curricular em programas de Educação Física no contexto do ensino superior brasileiro
8	Cae Rodrigues	O jogo, o esporte e o lazer na constituição do ideário ambiental	Licere. Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer/2015	Análise Textual Discursiva	Analisar como esses fenômenos influenciam a constituição do ideário ambiental partindo dos discursos que emergem nas relações entre o campo da Educação Física e o campo ambiental

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Além da caracterização dos estudos, foi realizada uma análise integrativa detalhada das produções que foram divididos em três categorias com a intenção de organizar uma síntese para a compreensão dos estudos os quais destacam os facilitadores e as limitações da relação entre a Educação Ambiental e a Educação Física na formação e atuações dos professores em sua práxis pedagógica. As categorias elaboradas foram intituladas como: a) Currículo de formação de professores de Educação Física para a Educação Ambiental; b) Desafios da Educação Física escolar para a atuação na Educação Ambiental; e c) Possibilidades de desenvolvimento da Educação Ambiental na práxis pedagógica dos professores de Educação Física.

A seguir serão apresentados os resultados e as discussões referentes às categorias elaboradas, frente a perspectiva da formação dos professores de Educação Física para atuação na Educação Ambiental.

a) Currículo de formação de professores de Educação Física para a Educação Ambiental

A partir da análise dos dados verificou-se que 6 produções relatam a necessidade de carência na formação e atualização dos professores, para que esses possam ter uma participação efetiva nos processos de ensino da Educação Ambiental no âmbito escolar.

Algumas características foram citadas nas produções que afetam o processo de formação dos professores estão em destaque as seguintes: fragmentação do curso e dos conhecimentos nos cursos de formação de professores em Educação Física e o caráter esportivo nas disciplinas. No estudo de Rodrigues (2015a) realizado em 44 Universidades Federais do Brasil que possuem curso de Educação Física foi possível a identificação de em apenas 15 instituições possuem disciplinas que abordam as relações entre Educação Física e Meio Ambiente, sendo que em 11 foram identificadas diretamente pela pesquisa

nos sítios eletrônicos e 4 por respostas às mensagens eletrônicas enviadas para as coordenações e departamentos dos cursos de Educação Física.

O mesmo estudo destaque ainda que das universidades restantes, 21 disponibilizam a matriz curricular do curso de Educação Física nos sítios eletrônicos, mas não foi possível a identificação de nenhuma disciplina com as características procuradas pela pesquisa. Já em relação a análise dos planos de ensino evidências, acima de qualquer outro ponto, como as práticas esportivas e recreativas na natureza aparecem como foco quase que exclusivo de boa parte das disciplinas, nas quais as discussões sobre as sinergias entre a Educação Física e as questões ambientais ocupam pouco ou nenhum espaço.

Mesmo com as determinações legais para a inserção da Educação Ambiental nos currículos dos cursos superiores frente as demandas sociais ligadas ao meio ambiente, os estudos apontam para uma morosidade nesse processo e que isso não vem ocorrendo de forma categórica nas instituições de ensino superior no Brasil. E prática de “ambientalização” curricular e a inserção da Educação Ambiental na formação inicial dos professores constituem um processo recente, e que vem se desenvolvendo de forma diferente nos diversos campos disciplinares.

Percebe-se que os estudos têm um consenso maior para a necessidade de uma formação de caráter transdisciplinar, na formação inicial dos professores no que refere-se as questões socioambientais emergentes. E ao fazermos essa análise, nos levou a refletir sobre um ponto dentro desse processo de “ambientalização” do currículo no ensino superior na formação de professores: existe um momento único e/ou uma disciplina que irá formar esse professor, com base teórico e metodológica na atuação da docência para as questões socioambientais vividas no âmbito educacional em que estará inserido?

O caráter transdisciplinar deveria ser ampliado e além de uma disciplina inserida no currículo na formação inicial, deveriam ser

realizadas ações e práticas educativas para a sua inserção em diversos momentos durante a formação desse professor, como em projetos de extensão, debates e simpósios para a divulgação, socialização e valorização das práticas educativas que visão a manutenção harmoniza das relações entre meio ambiente e humano. Para Rodrigues (2012, p.560), “Desse modo, a ideia de transversalidade, que sugere que a Educação Ambiental deveria perpassar todas as disciplinas escolares, acaba se tornando em uma espécie de “não-lugar” no qual a Educação Ambiental deveria ocupar”.

Nessas perspectivas encontramos um grande desafio relativo a inter, multi e transdisciplinaridade com a integração dos currículos dos professores de diferentes cursos. Para cada área e cada disciplina molda a Educação Ambiental como um dos seus conteúdos tornando-a rígida e inflexível para sua prática de forma integradora. Não pode-se perceber os elementos e saber da Educação Ambiental no ensino superior como uma seleção de conteúdos com potencialidades “ambientalizadoras” para contemplar o currículo segundo as exigências das leis e resoluções para a formação dos professores; e sim, devem propor aos professores em formação espaços de problematização envolvendo diversas disciplinas e conhecimentos para que possam conseguir ampliar seus olhares e desenvolverem umas competências e habilidades para atuação profissional com mais qualidade e sensibilidade para as questões ambientais em todos os momentos da sua práxis e não em pontuais eventos escolares como a semana do meio ambiente e o dia da árvore.

As Diretrizes Curriculares da Educação Física no Art. 7º traz que as instituições de ensino superior devem articular as unidades do conhecimento para a formação específica e ampliada na organização curricular dos cursos de graduação em Educação Física, e institui-se no 4º parágrafo que:

As questões pertinentes às peculiaridades regionais, às identidades culturais, à Educação Ambiental, ao trabalho, às necessidades

das pessoas portadoras de deficiência e de grupos e comunidades especiais deverão ser abordadas no trato dos conhecimentos da formação do graduado em Educação Física (Conselho Nacional de Educação, 2004).

Bem como para Tavares destaque que:

Os futuros professores de Educação Física, que atuam diretamente com movimento humano, em especial com as práticas corporais, utilizando-as como fonte de educação, não podem estar excluídos, de forma alguma, do estado atual e emergente que abarcam também a cultura do movimento e que tem como fundamentação precípua à dimensão ambiental (2003, p.4).

Apesar das orientações da Política Nacional de Educação Ambiental, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das Diretrizes Curriculares, os cursos de licenciatura em Educação Física segundo Silva, Silva & de Deus (2008) e Leite & Caetano (2004) não conseguem ter uma formação que consiga abordar os procedimentos teóricos e metodológicos na formação dos professores de maneira efetiva para a Educação Ambiental em seus currículos oficiais, os autores destacam ainda, que essa inconsistência acontece não só na formação dos professores de Educação Física mais também na maioria dos cursos de ensino superior. Para Tavares & Levy (2001) os professores de Educação Física não passam por uma formação “ambientalizada” durante sua formação inicial, eles não serão capazes de construir uma “educação ambientalizada” em sua atuação profissional.

Essa morosidade no processo de “ambientalização” na formação dos professores de Educação Física nos remete a olhar para o processo histórico de construção e evolução dessa área, que surgiu para atender os propósitos dos discursos hegemônicos da sociedade capitalista, esse olhar fica bem nítido nos momentos históricos da construção da Educação Física higienista, militarista, pedagógicista e competitivista, os quais deram os pressupos-

tos teóricos para a identidade vinculada às ciências naturais, as quais ainda hoje tem forte influencias na formação e atuação dos profissionais da área (Ghiraldelli, 1998). O campo de formação para a Educação Ambiental surge na formação do ensino superior a partir das ressignificações feitas pelas relações entre o humano e o meio com a procurar e crescente demanda para as práticas de esportes ligadas a aventura, assim o contexto da formação inicial passa a inserir disciplinas curriculares como “Atividades Esportivas contemporâneas”, “Esportes de Aventura”, “Educação Física e Meio Ambiente”, “Esporte Radicais e da Natureza”.

A partir dessa construção da formação dos professores e os pressupostos ligados entre a Educação Física e a Educação Ambiental no âmbito de ensino formal, passamos a problematizar os seus aspectos pedagógicos e os valores que iram surgir e apresentar-se nesse novo processo de desenvolvimento das novas práticas esportivas que se anunciam ligadas ao contexto ambiental. Como essas novas práticas trazem ou poderão trazer de novo e transformador para os conhecimentos da Educação Física e para formação dos sujeitos? Passamos agora a analisar os desafios da Educação Física escolar no processo de adequação para a sua atuação no âmbito das questões socioambientais que emergem a cada nova prática de esporte e/ou atividade física ligada ao meio ambiente nos espaços naturais e não naturais.

b) Desafios da Educação Física escolar para a atuação na Educação Ambiental

No que refere-se aos desafios para atuação da Educação Ambiental, nas práticas da Educação Física escolar, podemos destacar como síntese em todos os trabalhos inseridos nessa revisão, que as práticas de atividades físicas ligadas especialmente aos esportes torna-se um “monopólio” dos conteúdos das aulas; apesar das mudanças e transformações no decorrer da história e evolução da Educação Física e suas tendências pedagógicas, ainda é muito evidente a esportivização das aulas na escola. Para Sousa & Lara

(2011, p.9) “Essa postura, impõe à Educação Física identificar os seus conteúdos de ensino, inclusive as práticas da cultura corporal que são desenvolvidas em meio ao contexto natural, como forma de materialização de diferentes objetivos e interesses”.

Confiamos que a inserção das atividades que envolvam o meio ambiente são de extrema relevância para a sensibilização dos sujeitos para as questões e desafios socioambientais, e que se essas forem envolvidas através do movimento da cultura corporal por meio da Educação Física, possa vir a ser um reforço para a dominação dos saberes ideais da Educação Ambiental e difundir a sua ampliação e aplicação no cotidiano desses sujeitos, além de estimular outros para adesão desse modo de agir sobre o meio ambiente, não como um fim de dominação do humano sobre os espaços, mais acreditamos na mudança e inserção de novas práticas, para a transformação de valores e ideias.

A pedagogia do meio ambiente é, incontestavelmente, uma pedagogia da ação, isto é, dos alunos tomarem a seu próprio cargo problemas, precisamente porque estes problemas dizem respeito a todos em sua vida cotidiana, e não poderiam ser regulados pela simples recitação de informações (Mello, 1994, apud Nascimento *et al.*, 2014, p.1114).

Essas mudanças devem surgir para as [re]significações do olhar do humano para o ambiente no qual está inserido, perceber as relação dele com o meios naturais e urbanos, nas relações que a natureza possa a contribuir para a sua formação moral e ética, em uma troca harmônica do humano com o espaço, acompanhadas por um direcionamento pedagógico das ações, que realmente tenham objetividades para a fundamentação e inserção das práticas no âmbito de ensino educacional e da Educação Física, dando-lhes um [re]significado crítico.

A Educação Ambiental deve procurar favorecer e estimular possibilidades de se estabelecer coletivamente uma “nova aliança” (en-

tre os seres humanos e a natureza e entre nós mesmos) que possibilite a todas as espécies biológicas (inclusive a humana) a sua convivência e sobrevivência com dignidade (Reigota, 2010, p.21).

Reigota (2010) afirma ainda que a Educação Ambiental é uma educação política, e está aprofundada nos pensamentos do Paulo Freire, principalmente nos seus últimos escritos, como o livro “Pedagogia da Autonomia”, para ser ter uma educação pautada nas relações de construção do saber. Porém como a Educação Física escolar em sua origem viveu anos de crise, em que muitos se diziam o que não fazer e nada sobre o que realmente devia fazer nas aulas, só a partir dos anos 80 com a chama “crise” (termo esse que vemos como: transformação, novas formas de ver as situação, processo de formação para a melhoria do ser e fazer), segundo Medina (1986) a partir desse período aumentou a produção científica na área pedagógica, sobre as influencias das ciências sociais na Educação Física, que se contrapuseram à pratica da Educação Física em sua relação com o sistema capitalista.

Sobre essas novas discussões que se iniciam contra os pensamentos das práticas corporais em sua razão apenas técnica e voltada para o corpo e o esporte, compromete-se com o projeto histórico capitalista, uma vez que nos valores pós-modernos não era apresentando a intenção de romper com o referido sistema. E é sobre essa perspectiva, que acreditamos em na integração da Educação Física com a Educação Ambiental, que para Antuniassi (1995) a Educação Ambiental não é apenas transmitir informações sobre ecologia, mas sim, representações para olhar e propostas políticas da reflexão, para o debate e reflexões sobre o posicionamento da relação humano e natureza e em sua produção sociocultural.

Para Figueiredo (2002) a Educação Física só irá contribuir para o desenvolvimento dos pensamentos socioambientais e sustentáveis, quando a visão fragmentada do humano com os

saberes naturais e sociais foi superada por todos, em especialmente pelos professores. O autor faz referências para o trabalho com a disciplina de Educação Física e a Educação Ambiental na escolar, no estímulo e valorização da cultura regional e local, percebendo o seu legado deixado pelas gerações passadas, como é o caso da capoeira cita pelo autor, a qual faz parte da história do povo brasileiro e apresenta uma visão de mundo questionadora dos padrões da sociedade moderno ocidental. Outro exemplo é a peteca, o qual jogo é de origem da cultura indígena, fundamental para o processo educativo a fim de estimular o pensamento crítico do aluno para o processo de formação de sua origem. E nesses exemplos além de integrar valores e reflexões sobre a cultura do povo, traz o debate para a questões da cultura corporal do movimento ligados a prática de Educação Ambiental na época de origem dessas atividades e nos contrastes com essas mesmas práticas na atualidade.

Os trabalhos apresentando também uma preocupação quanto a inserção dos discursos sobre a Educação Ambiental na Educação Física, Rodrigues (2015a,b) destaca que acontece um movimento do discurso no campo da Educação Ambiental sobre a ações e atividades ligadas a área da Educação Física, porém o mesmo não acontece ao inverso. Percebemos uma crescente das práticas de jogos, esportes e atividades de entretenimento e lazer envolvendo o meio ambiente, essa interação nos leva a refletirmos sobre as possibilidades e relações para a quebra dos paradigmas os quais envolverem esse fenômeno para o caminho de uma compreensão maior sobre esse movimento do humano nos espaços urbanos e naturais sendo usados para a praticas dos esportes radicais, de aventura e práticas corporais alternativas na busca de fugir da pressão e imediatismos vividos no cotidiano das grandes cidades. Mesmo com todas essas evidências o caminho para a integração entre a Educação Ambiental e a Educação Física ainda é estreito e precisa ser ampliado e divulgado para maior compreensão

e sensibilização de todos os envolvidos com essas atividades, em especialmente na formação dos profissionais ligados a organização, execução e avaliação dessas práticas.

Nos estudos apresentados por Rodrigues (2015a) o qual analisou as evidências da ambientalização curricular em programas de formação de professores de Educação Física no contexto do ensino superior brasileiro, destaca que mesmo com a inserção de disciplinas nos currículos de formação ligadas as práticas esportivas e recreativas na natureza as discussões feitas nelas são pautadas sobre as sinergias apenas da área específica da atuação dessas atividades pela Educação Física, e pouco ou nenhum espaço é destinados para as questões socioambientais nessas disciplinas. O que nos remete as discussões feitas no primeiro ponto nessa análise sobre a fragmentação dos conteúdos na formação inicial dos professores, visto como uma dos principais desafios para a Educação Ambiental na Educação Física, pois os profissionais não tem uma formação adequada para atuação e reflexão sobre a Educação Ambiental em sua prática de ensino durante a sua formação, levando as disciplinas a um direcionamento esportivo, sem passar pela reflexão de mundo e das relações existentes nesse fenômeno sociocultural que são os esportes dentro das manifestações culturais e sociais os quais estão inseridos.

c) Possibilidades de desenvolvimento da Educação Ambiental na práxis pedagógica dos professores de Educação Física

Para Almeida (1994) os padrões interativos do ser humano com o meio ambiente, passaram a serem caracterizados com mais intensidade pela busca de favorecimento do que o meio ambiente dispõem com fins econômicos foi marcado pela Revolução Industrial. Desde então os estudos sobre os valores e atitudes do humano sobre o meio ambiente veem sendo realizados com objetivos de minimizar essa ação predatória sobre o meio natural, que atualmente não o meio natural vem sendo danificado, mais

os espaços urbanos não estão sendo desenvolvidos de forma a suprir as necessidades e sim como forma de ampliação de bens e poder do humano.

Frente a busca de modificação dessas questões dos valores e atitudes, bem como a reflexão para olhar crítico sobre os impactos desse desenvolvimento do humano/sociedade no meio ambiente/mundo, pensamos que o primeiro passo consiste em oferecer intervenções que visem a possibilidade da modificação do comportamento dos sujeitos sobre o meio ambiente. Para Corral (2000, p.471) traz o comportamento pró-ambiental como um dos temas de maiores interesses atualmente nessa relação ao qual se relaciona como “o conjunto de ações dirigidas, deliberadas e efetivas que respondem a requerimentos sociais e individuais e que resultam na proteção do meio”.

Segundo Coelho, Gouveia & Milfont (2006) iniciativas de impacto no âmbito das políticas públicas e para os projetos ligados ao incentivo do desenvolvimento sustentável e de condutas pró-ambientais da população brasileira são de extrema necessidade e urgência. Souza & Lara (2011, p.9) destacam como sendo uma possibilidade dos professores de Educação Física que ela “faz-se imprescindível uma prática pedagógica que situe o âmbito de conhecimento da cultura corporal nas condições de vida real”. A partir das relações conhecidas e historicamente construídas, especificamente na cultura corporal, os conteúdos e saberes podem ser utilizados “de forma que a cultura recupere o seu significado enquanto resultado da vida e da atividade dos sujeitos em busca da sua superação”.

Da mesma forma que Figueiredo & Schwartz (2013, p.477) em sua produção trazem como principais respostas para as possibilidades da área de Educação Física em permitindo uma ampla e vasta área de opções e estratégias de ensino com um diversificado leque de conteúdo, “podendo representar um elo importante na corrente que promove a construção de novos valores pró-ambientais, com vistas a uma sociedade sustentável”.

Uma exemplificação dessas possibilidades está nas observações de Castilho & Schwartz (2010) em uma produção realizada com praticantes de caminhada, os quais foram questionados se a caminhada a qual eles praticavam lhes ajudavam a pensar sobre a preservação do ambiente. Os dados mostraram com unanimidade que todos concordaram que sim, a caminhada lhes dá um olhar mais significativo para a preservação do meio ambiente. Isso se dá por conta que durante o percurso da prática da atividade física, os sujeitos saem de seu modo “automático” que hoje muitos de nós vivemos, presos em nossas rotinas de trabalho, estudos e compromissos sociais, abrindo assim para que possamos perceber o quando o humano não cuida do seu espaço comum seja urbano ou natural. Outro ponto de destaque no estudo refere-se que os moradores da região onde espaço de caminhada são implementados, bem como os próprios caminhantes, passa a incomodar-se com a degradação do meio ambiente, fator que nos leva a uma pressão social para a preservação, tem espaço para sociabilização e pratica de atividade acabam se beneficiando com moradores agora mais sensibilizados para a manutenção do meio ambiente harmonioso.

Outro ponto gerador da ligação da Educação Física com a Educação Ambiental é destacado para as reflexões realizadas por Mello (2013, p.10) o qual realizou três projetos relacionados com o lazer no meio ambiente: a Caminhada Ecológica ao Morro do Moreno, a Trilha da Fonte Grande e prática da Canoa Havaiana realizados na metropolitana da Grande Vitória no Espírito Santo. Após a vivência e experiência dos participantes nessas atividades o autor pode perceber que essas práticas foram capazes “de gerar novas sensibilidades, para que o homem se relacione com o seu meio natural e social de maneira harmônica e consciente, superando, dessa forma, vivências baseadas no consumismo e na degradação dos espaços naturais”.

Entretanto, para que essa mudança no comportamento dos sujeitos possa surgir ou mesmo iniciar-se de forma ainda sutil, é

preciso de mediação pedagógica na problematização para os dilemas ambientais e sociais presentes nos espaços, seja ele natural ou urbano. Assim a formação dos professores deveria ter uma ampliação das disciplinas ligadas a essa formação sócio ambiental maior, através de disciplinas, ações de extensões e outras vivencias no campo de atuação, para que os professores possam ter uma maior compreensão do papel da Educação Física como ferramenta do desenvolvimento pró-ambiental na população de maneira geral, tanto nos espaços formais quando não formais de sua atuação.

Análise das matrizes curriculares para a formação de professores de Educação Física

No atual Plano Nacional de Educação 2014-2024 em suas diretrizes consta apenas no Art. 2º, inciso X — promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. Ficando a cargo da implementação da Educação Ambiental no ensino fundamental e médio as observações dos preceitos da Política Nacional de Educação Ambiental (Senado Federal, 1999) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (Secretaria de Educação Fundamental, 1998) passam a operacionalizar a Educação Ambiental em sala de aula, que existe como um referencial e não lei, para orientar os programas pedagógicos das escolas. Estes eram os documentos referências da Educação Ambiental vigentes, pois as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental do Conselho Nacional de Educação ainda não tinham sido aprovadas.

Em 2012 a resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, oferecendo assim a oportunidade da continuidade do movimento de institucionalização da Educação Ambiental no país, que teve seu início na década de 90 com a Política Nacional de Educação Ambiental, reafirmando a presença da Educação Ambiental em todos dos níveis de

ensino. Com esse levantamento histórico e legal, podemos perceber que a batalha a Educação Ambiental já vem sendo tratada a algumas décadas e buscamos agora investigar a situação do terceiro objetivo dessa diretriz que trata da “formação dos docentes para a Educação Básica” (Conselho Nacional de Educação, 2012).

Assim iniciamos os procedimentos de coleta e análise dos dados para avaliação das matrizes curriculares dos cursos de formação de professores de Educação Física na região metropolitana do Cariri Cearense, que ocorreu no primeiro semestre do ano de 2018 e seguiram as seguintes etapas: Seleção de curso de Licenciatura em Educação Física, mediante busca no site e-MEC, que a oferecessem o curso presencial, sendo selecionadas as instituições localizadas na região do Cariri Cearense; coleta das matrizes curriculares, no site das instituições, ambas coletadas no mês de março de 2018; e categorização dos componentes curriculares por campos de formação previstos nas diretrizes, etapa em que se deu a leitura exploratória e detalhada das informações e registros descritos nos documentos, com atenção especial para a organização das matrizes quanto à existência de componentes obrigatórios e/ou optativos para formação e atuação para a Educação Ambiental.

Foram encontradas 5 disciplinas nas 3 matrizes curriculares, sendo a disciplina D1 na instituição A; as disciplinas D2 e D3 na instituição B; e as disciplinas D4 e D5 na instituição C. A disciplina D1: Esporte da Natureza, componente curricular obrigatória, no 8º semestre com 80hs aulas; D2: Educação Ambiental, Esporte, Lazer e Sociedade, componente obrigatória, ofertada no 1º semestre com 60hs; D3: Atividade Físicas Radicais e de Aventura, componente curricular eletiva com 40hs; D4: Metodologia do Ensino das Atividades Físicas Urbanas e na Natureza, componente obrigatório, ofertada no 7º semestre com 60hs e D5: Educação Física e Lazer, componente curricular eletiva, com carga horária de 60hs aulas.

Quadro 2. Descrição das disciplinas ofertadas nos cursos de formação de professores de Educação Física por instituição da região metropolitana do cariri Cearense.

IES	Disciplina	Componente curricular	Semestre	Carga horária
a	Esporte da Natureza	Obrigatória	8º semestre	80hs
B	Educação Ambiental, Esporte, Lazer e Sociedade	Obrigatória	1º semestre	60hs
	Atividade Físicas Radicais e de Aventura	Eletiva	-	40hs
C	Metodologia do Ensino das Atividades Físicas Urbanas e na Natureza	Obrigatória	7º semestre	60hs
	Educação Física e Lazer	Eletiva	-	60hs

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

É possível refletir que as matrizes ofertam o mínimo exigido pelas diretrizes na formação de professores no tocante a Educação Ambiental, com uma disciplina curricular obrigatória para ser trabalhada e discutida as questões sobre meio ambiente. Sendo indispensável que essas possam gerar debates e alterações no tocante a uma ressignificação para o comportamento positivo e ações ligando as práticas corporais, esportes e atividades físicas com envolvimento para as questões socioambientais.

Para Teixeira & Torales (2014, p.138) essas disciplinas não podem ser desenvolvidas de forma tradicional, apenas em aulas expositivas com estudos teóricos das políticas ambientais, é “necessário transfigurá-la, exemplificando a refração que o campo exerce sobre os bens simbólicos”. Bem como o engajamento dos profissionais em formação nas ações e projetos de extensão e pesquisa voltadas para a temática, na busca de construir novos saberes e metodologias para abordarem da temática socioambiental no seu campo de atuação, sendo o perfil político-epistemológico das disciplinas indicando afinidade destas com

assuntos e abordagens que apresentam a Educação Ambiental, em especial na região o qual os professores iram atuar.

Outro ponto importante que é levantado por Reis (2003, p.6) é que “não deve a Educação Ambiental, contudo, ser ministrada de maneira isolada, disciplinarizada, e sim de maneira transdisciplinar, tendo sempre em consideração o cotidiano dos alunos”. É preciso que os professores assumam um papel de ressignificação de suas práticas, como já foi descrito nesse estudo pela revisão sistemática, em que as aulas de Educação Física na escola possam serem interligadas as diversas temáticas transversais, e para isso a preparação dos professores e professoras deve contemplar esses temas transversais e emergentes da educação.

Segundo o filósofo Rudolf Von Ihering “o fim do direito é a paz, o meio que se serve para consegui-lo é a luta. [...] O direito não é uma simples ideia, é uma força viva”. Nos leva a perceber que apesar de termos diversas leis sobre a implementação da Educação Ambiental em todas as diversas modalidades de ensino em nosso país, ainda não é suficiente. É preciso mais reafirmação e propagação dos princípios, objetivos e valores e muita sensibilização de todos para as questões socioambientais que enfrentamos, desde a formação inicial dos professores a uma ampliação desses debates para além da escola.

A Educação Ambiental no Brasil em seus aspectos legais surge em 1973 com o Decreto nº 73.030 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, que entre as suas atribuições estava à promoção do “esclarecimento e educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente” (Presidência da República, 1973). Porém essa prática educativa necessitava de ser universalizada por toda a sociedade. Em 1981 a lei nº 6.938 instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, a qual evidenciava a capilaridade o qual se desejava almejar sobre a dimensão pedagógica no país para a Educação Ambiental, o qual no Art. 2º, inciso X, destaca a necessidade de promover a “Educação

Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (Presidência da República, 1981).

Com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 em 1996 é organizado e estruturado as competências para educação, na qual a menção às questões ambientais é mínima. A sua referência é feito no Art. 32 no inciso II, o qual se exige para o ensino fundamental, a “compreensão ambiental natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade”; e no artigo 36, § 1º, segundo o qual os currículos do ensino fundamental e médio “devem abranger, obrigatoriamente, [...] o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (Presidência da República, 1996).

Essa legislação educacional vigente era superficial em relação à menção que se faz à Educação Ambiental. E somente em 1999 com a aprovação da Lei nº 9.795 e sua regulamentação no Decreto nº 4.281 de 2002 (Senado Federal, 1999; Presidência da República, 2002) é estabelecido no Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental, oportunizando em especial aos ambientalistas e educadores esperança para melhoria da prática da Educação Ambiental no país. Nessa lei é determinado que nos cursos de formação inicial e continuada de professores e gestores tenham: Inclusão obrigatória de atividades curricular/disciplina ou projetos interdisciplinares obrigatórios na formação inicial de professores (magistério, pedagogia e todas as licenciaturas), incluindo conhecimentos específicos para a práxis pedagógica da Educação Ambiental e sobre legislação e gestão ambientais; Incentivo à atuação pedagógica interdisciplinar, cooperativa, investigativa e transformadora da Educação Ambiental com a interação de equipes com diferentes formações, incluindo estágios e extensão.

Não é apenas ter consenso sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, vai além de conceitos e definições. A cons-

trução de uma sociedade sustentável só vai acontecer quando houver apropriação crítica do pensar na forma de educação política e do exercício da cidadania, com a mudança de comportamentos, mobilização ampla e coletiva, fortalecimento de pensamentos e programas. A proposta da Educação Ambiental não é baseada em sensibilização dos problemas ambientais, e sim, pautada na ação e comportamento ambiental para a melhoria da qualidade de vida da atual e futuras gerações.

É na universidade que os futuros professores adquirem, desenvolvem e aprimoram seus conhecimentos, saberes, competências e habilidades para sua atuação profissional. Em relação à Educação Ambiental é preciso um reforço de conteúdos pedagógicos, debates, ações de extensão e pesquisas durante a formação inicial, principalmente em relação às questões políticas e legislação da Educação Ambiental e incluindo os conhecimentos específicos e as suas práxis pedagógicas. Para isso, se mostra intensamente essencial, a inclusão de disciplinas curriculares obrigatórias, atividades e ações com os referidos conteúdos na formação inicial de professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados verificou-se que as produções relatam uma necessidade de formação e atualização dos professores e currículos de formação, para que possam ter uma participação mais efetiva nos processos de ensino da Educação Ambiental no âmbito escolar. Sobre os desafios para atuação da Educação Ambiental nas práticas da Educação Física escolar, destaca-se em todos os trabalhos que as práticas de atividades físicas ligadas aos esportes tornam-se um “monopólio” dos conteúdos das aulas, ainda é muito evidente a esportivização das aulas na escola.

Para as possibilidades de práticas ligadas entre a Educação Física e a Educação Ambiental podemos destacar as ações e

estratégias de ensino em atividades por meio das práticas corporais alternativas na natureza e em espaços urbanos, como um elo na promoção de uma construção de novos valores pró-ambientais, capazes de gerar novas sensibilidades para a relação entre humano e meio ambiente, em especial com o potencial socioeducativo das atividades com características do lazer.

Essa morosidade no processo de “ambientalização” na formação dos professores de Educação Física nos remete a olhar para o processo histórico de construção e evolução dessa área, que surgiu para atender os propósitos dos discursos hegemônicos da sociedade capitalista, esse olhar fica bem nítido nos momentos históricos da construção da Educação Física higienista, militarista, pedagógicista e competitivista, os quais deram os pressupostos teóricos para a identidade vinculada às ciências naturais, as quais ainda hoje tem forte influencias na formação e atuação dos profissionais da área.

O campo de formação para a Educação Ambiental surge na formação do ensino superior a partir das ressignificações feitas pelas relações entre o humano e o meio, a partir dessa construção da formação dos professores e os pressupostos ligados entre a Educação Física e a Educação Ambiental no âmbito de ensino formal, passamos a problematizar os seus aspectos pedagógicos e os valores que iram surgir e apresentar-se nesse novo processo de desenvolvimento das novas práticas esportivas que se anunciam ligadas ao contexto ambiental.

Assim podemos perceber que a relação entre a Educação Física escolar e as práticas para formação baseadas na consciente e harmônica relação do humano e o espaço devem ser realizadas em práxis baseadas no consumismo e na degradação dos espaços naturais e urbanos a partir das experiencias proporcionadas pelos debates e práticas de atividades de educação e para e pelo lazer. Assim a construção de uma sociedade sustentável só vai acontecer quando houver apropriação crítica do pensar na forma de educação política e do exercício da cidadania, com

a mudança de comportamentos, mobilização ampla e coletiva, fortalecimentos de pensamentos e programas. A proposta da Educação Ambiental não é baseada em sensibilização dos problemas ambientais, e sim, pautada na ação e comportamento ambiental para a melhoria da qualidade de vida das atuais e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

1. Almeida, J. (1994). Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável: Conceitos, princípios e implicações. *Humanidades*, 10(4), 284-299.
2. Antuniassi, M. (1995). *Educação ambiental e democracia*. São Paulo: Gaia.
3. Carvalho, I. (2004). Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação ambiental. In P. Layrargues (Org.), *Identidades da educação ambiental brasileira* (pp.13-24). Brasília: Edições Ministério do Meio Ambiente.
4. Castilho, J., & Schwartz, G. (2010). Caminho da fé: reflexões sobre lazer e ambiência. *Motriz: Revista de Educação Física*, 16(3), 559-570.
5. Coelho, J., Gouveia, V., & Milfont, T. (2006). Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 199-207.
6. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CES 7 de 2004, Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena*. Brasil: Conselho Nacional de Educação.
7. Conselho Nacional de Educação. *Resolução nº 2 de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental*. Brasil: Conselho Nacional de Educação.
8. Corral, V. (2000). La definición del comportamiento proambiental. *Psicología Social en México*, 8(1), 466-472.
9. Domingues, S., Kunz, E., & de Araújo, L. (2011). Educação ambiental e educação física: possibilidades para a formação de professores. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 33(3), 559-571.
10. Figueiredo, J., & Schwartz, G. (2013). Atividades de aventura e educação ambiental como foco nos periódicos da área de Educação Física. *Motriz: Revista de Educação Física*, 19(2), 467-479.
11. Figueiredo, R. (2002). *Educação física para educação ambiental: Uma relação a ser construída na transitoriedade* (Dissertação de Mestra-

- do). Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável.
12. Garcia, L., Kowalski, M., & Alves, R. (2009). Lazer e meio ambiente: as práticas educativas e de sensibilização na natureza por meio do lazer e seu potencial na estação de pesquisa, treinamento e educação ambiental –Mata do Paraíso em Viçosa–MG. *Licere*, 12(3), 1-31.
 13. Ghiraldelli, P. (1998). *Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. São Paulo: Edições Loyola.
 14. Guerra, A. (2013). Ambientalização curricular e sustentabilidade na Universidade: concepções de professores e coordenadores de cursos de graduação da Univali. In *XI Congresso Nacional de Educação Educere*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba
 15. Ihering, R. (2002). *A luta pelo direito*. São Paulo: Editora Martin Claret.
 16. Kunz, E. (1997). Pensando o currículo coletivamente: Parceria UFSC-PMF. In *Seminário de Educação Física Escolar e Ensino Médio* (pp.98-106). São Paulo: Editora da USP.
 17. Leite, D., & Caetano, C. (2004). Educação física, esporte e lazer na natureza: Preservação, modismo, apologia. Será tudo isso? *Motrivência*, 26(22), 137-143.
 18. Lima, G. (2011). *Educação ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios*. Campinas, São Paulo: Papiros.
 19. Medina, J. (1986). *A educação física cuida do corpo... e “mente”. Bases para a renovação e transformação da educação física*. Campinas: Papirus Editora.
 20. Mello, A. (2013). Lazer e educação ambiental: relato de experiências na formação inicial em Educação Física. *Licere*, 16(2), 1-13.
 21. Mendes, K., Silveira, R., & Galvão, C. (2008). Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 758-764.
 22. Nascimento, C., Lima, M., Lopes, N., & Leite, R. (2014). Ciências Naturais e interdisciplinaridade: um relato de experiência do projeto reciclagem e sustentabilidade do planeta terra. *Revista da SBEnBio*, 7, 1107-1116.
 23. Osborne, R., & Batista, W. (2009). Educação Física na década da educação para o desenvolvimento sustentável. *Motriz. Revista de Educação Física*, 16(1), 28-36.
 24. Pavesi, A., Farias, C., & Oliveira, H. (2006). Ambientalização da educação superior como aprendizagem institucional. *ComScientia Ambiental*, 2.
 25. Presidência da República. Decreto nº 73.030 de 1973. *Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente–SEMA e da outras providências*. Brasil: Presidência.

26. Presidência da República. *Lei 6.938 de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Brasil: Presidência.
27. Presidência da República. *Lei nº 9.394 de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasil: Presidência.
28. Presidência da República. *Decreto nº 4.281 de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências*. Brasil: Presidência.
29. Reigota, M. (2010). *O que é educação ambiental*. São Paulo: Editora Brasiliense.
30. Reis, A. (2003). *A formação do professor e a Educação Ambiental* (Dissertação de mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
31. Rezer, R. (2007). Relações entre conhecimento e prática pedagógica no campo da educação física: pontos de vista. *Motrivivência*, 19(28), 38-62.
32. Rodrigues, C. (2012). A ambientalização dos currículos de Educação Física no ensino superior.
33. *Motriz. Revista de Educação Física*, 18(3), 557-570.
34. Rodrigues, C. (2015a). A ambientalização curricular de programas de Educação Física em universidades federais do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 29(3), 421-437.
35. Rodrigues, C. (2015b). O Jogo, o esporte e o lazer na constituição do ideário ambiental. *Licere*, 18(1), 29-55.
36. Secretaria de Educação Fundamental (1998). *Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.
37. Senado Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal.
38. Senado Federal. *Lei 9.394 de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasil: Senado Federal.
39. Senado Federal. *Lei 9.795 de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Brasil: Senado Federal.
40. Silva, F., Silva, A., & de Deus, I. (2008). A Educação Física frente a temática ambiental: alguns elementos teórico-metodológicos. *Motrivivência*, 30, 44-60.
41. Souza, M., & Lara, G. (2011). Prática pedagógica em educação física e a educação ambiental. *Pensar a Prática*, 14(2), 1-11.
42. Stetler, C., Morsi, D., Rucki, S., Broughton, S., Corrigan, B., Fitzgerald, J., ... & Sheridan, E. (1998). Utilization-focused integrative reviews in a nursing service. *Applied Nursing Research*, 11 (4), 195-206.

43. Taffarel, C., & Lacks, S. (2007). Formação humana e formação de professores: contribuições para a construção do projeto histórico socialista. In *Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – II Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Recife: CBCE.
44. Tavares, F. (2003). A Educação Ambiental na formação de professores de Educação Física: Uma emergente conexão. *Lecturas, Educación Física y Deportes*, 9(61).
45. Tavares, F., & Levy, M. (2000). Implementação da educação ambiental na graduação de professores de educação física: Uma reflexão. *Ambiente & Educação Revista de Educação Ambiental*, 5/6, 331-341.
46. Teixeira, C., & Torales, M. (2014). A questão ambiental e a formação de professores para a educação básica: um olhar sobre as licenciaturas. *Educar em Revista*, 3, 127-144.
47. Torales, M. (2013). A inserção da educação ambiental nos currículos escolares e o papel dos professores: Da ação escolar a ação educativo-comunitária como compromisso político-ideológico. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Volume Especial, 1-17.